

3

O setor bancário a partir da década de 1990: a nova crise do capitalismo e seus efeitos no setor

A crítica do capital e das escolas marxistas deveria agora ceder (transitando desde a crítica da acumulação capitalista até a crítica do *welfare* capitalista) à identificação do biopoder e sua crítica, a partir do terreno biopolítico. Se são corretas as conclusões do operaísmo autônomo, que reúnem e complementam as da escola da Regulação e as do Open Marxism, então a análise deverá adentrar o terreno social e criticar as condições sociais do desenvolvimento capitalista. A relação de capital não é simplesmente aquilo que se estende entre o trabalhador e o patrão na indústria. É, além disso, a que se desenvolve entre o capitalista coletivo e o trabalhador social.

(Antonio Negri, 2008 apud Altamira, 2008)

A partir deste ponto busca-se realizar uma análise dos efeitos da crise do capitalismo sobre o trabalho bancário, a partir da década de 1990, visto que é neste período em que convergem as condições políticas e sociais que propiciam a percepção mais nítida a respeito do esgotamento do projeto nacional-desenvolvimentista gestado nos períodos anteriores.

Primeiramente, será destacado o processo de reestruturação bancária e as transformações no cotidiano do trabalho deste setor, a partir da produção acadêmica das Ciências Sociais brasileiras, a fim de demonstrar os principais aspectos demarcadores das referidas mudanças.

Em seguida, a abordagem será voltada para os impactos que o processo de reestruturação bancária teve sobre a subjetividade e as formas de resistência das(os) trabalhadoras(es) desta categoria, bem como, as estratégias desenvolvidas para o enfrentamento dos desafios daí decorrentes.

Finalmente, o impacto da crise do capitalismo anteriormente apresentada será discutida a partir da perspectiva teórica desenvolvida pelo operaísmo italiano que a entende como uma nova grande transformação demarcadora da passagem para um capitalismo cognitivo. Além disso, esta discussão terá como suporte o conceito de trabalho imaterial desenvolvido por Antonio Negri e Maurizio Lazzarato.

3.1. Dos aspectos objetivos: a reestruturação bancária

Nos últimos anos, têm sido muito discutidas as transformações que estão ocorrendo no que se tem denominado “mundo do trabalho”. E, no Brasil o setor bancário é um exemplo emblemático das referidas mudanças.

Neste sentido, pode-se dizer que o enfraquecimento das relações de emprego no setor bancário brasileiro, exemplo importante da reestruturação produtiva, integra uma crise mais ampla que possui efeitos em todo o mundo¹.

No Brasil, a reestruturação bancária é resultante de um processo que se inicia com a Reforma Bancária no final do ano de 1964 (Lei n. 4595, de 31.12.1964), pela Reforma do Mercado de Capitais (Lei n. 4728, de 14.07.1965 e o Plano de Ação Econômica do Governo realizado entre os anos de 1964 e 1966². Neste período, o setor bancário já começa a utilizar tecnologia de primeiro mundo (Grisci, 2004).

Estas mudanças estabeleceram, ainda, as bases do Sistema Financeiro Nacional - SFN e são ampliadas com o chamado Programa Nacional de Desburocratização criado pelo Decreto nº. 83.740 de 1979, no Governo Figueiredo, com o objetivo de dispor sobre a contratação de correspondentes no país.

Além disso, no período 1940-1980, ocorreu um forte crescimento econômico, que refletiu no aumento das relações formais de trabalho do Brasil, sobretudo, devido à implementação do projeto de industrialização nacional, bem como devido à institucionalização das relações de trabalho através de um conjunto de normas legais instituídas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Estas mudanças, por um lado, originaram novas demandas e a necessidade dos bancos a se adaptarem a uma realidade social que se transformava.

Segundo Segnini (2001), neste período a relação entre crescimento econômico, emprego e direitos sociais nunca havia se dado de forma tão intensiva

¹ Segundo Negri & Cocco (2005) “[...]é a transformação da dependência em interdependência que coloca em evidência a nova situação, que mostra - eventualmente - suas possibilidades de deslocamento e que identifica de forma não-secundária) a nova figura dos conflitos com a nova qualidade dos temas” (p. 75).

² Estas leis criaram mecanismos de controle e fiscalização das instituições públicas e privadas do sistema financeiro por parte do Estado, conforme ressalta Jinkings (1996).

e o avanço do capitalismo intensificou a profunda heterogeneidade produtiva e a desigualdade nas relações de trabalho e renda³.

Na década de 1970, o sistema financeiro internacional passava por um processo de desregulamentação, a fim de atender às demandas emergentes do processo de reestruturação do capital que obrigava as instituições financeiras a se tornarem cada vez mais competitivas, visto que com a crise do Estado de Bem-Estar Social que possuía seus fundamentos nos modelos de produção taylorista/fordista e no keynesianismo, o “compromisso”⁴ social realizado entre capital e trabalho mediado pelo Estado, como uma opção apresentada pela social-democracia, já demonstrava toda a sua fragilidade.

Entretanto, a partir dos anos 80, as medidas macroeconômicas utilizadas como mecanismos para solucionar (ou conter) o crescimento da dívida externa e o colapso do financiamento da economia brasileira concorreram para fortes e rápidas oscilações econômicas, superinflação e estagnação. Nesse contexto, as estruturas do frágil mercado de trabalho brasileiro foram rompidas.

Neste período, a reestruturação bancária foi marcada pela redução dos custos operacionais, intensificação da automação, desenvolvimento e incentivo ao auto-atendimento, mudanças na gestão de pessoal, redução dos postos de trabalho e práticas de terceirização.

No entanto, é com a introdução dos princípios da administração pública gerencial, sob o argumento de transformar as formas de gestão do Estado utilizadas nos períodos anteriores, que o processo de reestruturação bancária se

³ No mesmo sentido Negri&Cocco (2005) afirmam que: [...] a partir dos anos 30, através do autoritarismo populista, a hibridação se dará entre paternalismo, modernismo e facismo: sobre esta base irão se desenvolver novas forças corporativas. [...] É ilusório considerar que, sob tais condições, a cidadania social e a formação de modos de interação entre as classes poderiam ter lugar. Se de 1940 a 1980 a taxa média anual de crescimento econômico foi, no Brasil, de impressionantes 7%, isso não teve naquelas condições sociais, nenhum efeito democrático” (p. 106).

⁴ Segundo Antunes (2002): “Na verdade, esse “compromisso” era resultado de vários elementos imediatamente posteriores à crise de 30 e da gestação da política keynesiana que sucedeu. Resultado, por um lado, da “própria ‘lógica’ do desenvolvimento anterior do capitalismo” e, por outro, do equilíbrio relativo na relação de força entre burguesia e proletariado, que se instaurou ao fim de décadas de lutas. Mas esse compromisso era dotado de um sentido ilusório, visto que se por um lado sancionava uma fase de relação de forças entre capital e trabalho, por outro lado ele não foi conseqüência de discussões em torno de uma pauta claramente estabelecida”. (p. 38).

aprofunda, principalmente a partir da implementação do Plano Real na década de 90 (Jinkings, 2006)⁵. Nesse sentido, afirma-se que:

A reestruturação do sistema bancário brasileiro aprofundou-se especialmente após a implementação do programa de estabilização monetária conhecido como Plano Real, em meados dos anos 1990. De modo semelhante aos processos desencadeados nos países capitalistas centrais ao longo da década 1980, no Brasil os “ajustes” no sistema bancário direcionam-se para a redução de custos operacionais – apoiada na intensificação tecnológica e na terceirização – e a concepção de novas estratégias mercadológicas, baseadas na diversificação e sofisticação de produtos e serviços (Jinkings, 2006, p.193).

Não se deve esquecer ainda que no início da década de 1990 ocorreu uma importante mudança que acelerou o processo de reestruturação bancária: a criação do banco múltiplo. Com isto, ocorreu o fim da exigência de carta patente para a abertura de uma instituição financeira (Grisci, 2004).

Ao mesmo tempo em que adquire maior relevância econômica em todo o mundo, o setor bancário é marcado por uma forte concorrência (Larangeira, 1997; Jinkings, 2001). Pode-se afirmar diante deste contexto que:

... estratégias comuns de orientação comercial não são suficientes para garantir similaridades na organização do trabalho. Ao examinar a questão da reestruturação produtiva no setor, é importante considerar a existência de diferentes concepções de processo de trabalho, o que, às vezes, resulta em estratégias opostas, como bem ilustram exemplos internacionais (Larangeira, 1997, p. 113)

De acordo com Larangeira (1997), o tipo de abordagem adotada para implementar o processo de reestruturação bancária varia de acordo com o país. Afirma que a escolha de estratégias gerenciais de uso e gestão da força de trabalho é condicionada por fatores sociais, tais como grau de escolaridade, extensão e efetividade das leis trabalhistas e natureza das relações de poder estabelecidas entre os agentes envolvidos; e de ordem econômica, que se relacionam com o tipo de mercado e com o grau de competitividade entre as empresas.

No caso brasileiro, bancos públicos e privados expandem suas atividades voltando-se para a área de negócios e de venda de “produtos” financeiros, realizam a segmentação da clientela e adotam outras medidas, tais como mudança da marca e do *layout* das agências a fim de reduzir os custos e aumentar a

⁵ Segundo Grisci (2004), baseando-se em trabalho realizado pelo DIEESE afirma que “o processo de reestruturação produtiva pode ser dividido em duas etapas: a reestruturação ou “ajustes para dentro” (reorganização interna) e a reestruturação ou “ajustes para fora” (p.174). O primeiro foi realizado mais intensamente a partir da segunda metade da década de 1980 e a segunda etapa se dá a partir do final do ano de 1994.

lucratividade, bem como fusões, aquisições e privatizações por parte de bancos nacionais e estrangeiros (Larangeira, 1997; Jinkings, 2001).

As transformações dos processos de trabalho nos bancos são fortemente apoiadas na utilização de tecnologia de base microeletrônica e informática⁶. Em relação a este aspecto (Jinkings, 2001) afirma que:

Com a automatização de sua atividade, os bancários manipulam símbolos de valor cada vez mais fantasmagóricos: sua tradicional matéria-prima – o papel-dinheiro –, vai sendo rapidamente substituída por impulsos eletrônicos derivados das memórias dos computadores. E o produto do trabalho disfarça-se agora, nos dados informatizados que representam as cifras e os valores da mercadoria-dinheiro em circulação (Jinkings apud Jinkings, 2001, p. 3)

No que se refere ao âmbito das relações de trabalho se pode dizer que a principal mudança relaciona-se à inserção da flexibilização no processo de trabalho, cujos fundamentos são: o fato de que a legislação trabalhista é ao mesmo tempo obsoleta e um dos elementos que impedem o aumento da competitividade empresarial, devido ao alto custo do trabalho; a negociação é a via mais adequada entre empresários e trabalhadores como forma de aquisição de benefícios; é necessário que seja reformulado (ou suprimido) o art. 7º da Constituição da República, por impedir reformas mais amplas dos direitos trabalhistas.

A flexibilização vem acompanhada de alguns elementos como as práticas de terceirização, externalização, a qualidade total, o discurso pela qualificação e a polivalência⁷ que causa insegurança, perda do emprego, precarização das condições do trabalho e saúde dos trabalhadores, dentre outras conseqüências. Além disso, os processos de terceirização que vêm se acentuando no setor variam muito devido à sua heterogeneidade.

A terceirização possui características que dizem respeito ao tipo, à forma e ao lugar onde a atividade é realizada: dentro ou fora da empresa contratante; se a atividade é total ou parcialmente repassada a terceiros; se a atividade é

⁶ De fato, a introdução de tecnologia nos processos de trabalho interfere de diversas maneiras em seu cotidiano. Segundo Grisci (2004): “Três possibilidades, entretanto, estão presentes no trabalho bancário atual: a automatização; o trabalho mais intelectualizado que demanda um trabalhador com capacidades e qualificações distintas das anteriormente demandadas e o aumento do desemprego” (p. 161).

⁷ Em relação à polivalência convém notar que esta passa a ser uma exigência que significa que todos devem saber realizar qualquer operação, aliada a idéia de integração de funções, ou seja, o cliente deve realizar todas as suas operações com o mesmo atendente. Neste sentido, Gorz (2005) afirma que a “impossibilidade de mensurar o desempenho individual e de prescrever os meios e os procedimentos para chegar a um resultado conduz os dirigentes da empresa a recorrer a ‘gestão por

considerada meio ou fim; se a atividade é repassada para além daqueles que fecharam o contrato com a empresa-mãe; se a atividade é realizada dentro ou fora do país de origem demandante.

Nesse sentido, convém notar que o ordenamento jurídico brasileiro não permite a terceirização de atividades ligadas ao objeto social das empresas. Contudo, Sanches (2006) salienta que:

A área de Compensação e todas as tarefas que envolvem seu processamento (Retaguarda) não têm sido reconhecidas como atividade-fim. Ou seja, não são consideradas pelos banqueiros essenciais para o deslanche de seu negócio e, por isso, se tornaram terceirizáveis. No entanto, não existe nada mais elementar na atividade bancária do que processar cheque, que é objeto de transação bancária e só encontra sentido no negócio bancário. (p.19)

Argumenta, ainda, que a terceirização⁸ desses serviços pode transgredir as normas contidas nas Leis Federais n.º 4595/64 e 7492/86, que tratam do sigilo bancário e contribui para a redução dos postos de trabalho nos bancos e pulverização desta categoria.

Contudo, Larangeira (1997) observa que a terceirização também é utilizada como um recurso utilizado para atividades que tendem a desaparecer em um curto espaço de tempo e cita como exemplo, a compensação de cheques anteriormente referida.

Por outro lado, Sanches (2006) afirma que estes aspectos negativos da reestruturação bancária se devem ao fato de estarem fortemente conjugados com a expansão da tecnologia e da informação nos processos de trabalho. Segundo esta leitura acerca das transformações pelas quais vem passando o setor bancário, a substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto seria uma das principais causas dos males causados pela reestruturação produtiva no setor (Sanches, 2006; Antunes, 2006).

objetivos': eles fixam objetivos aos assalariados; cabendo a eles desdobrar-se para cumpri-los" (p. 18).

⁸ Terceirizar significa contratar serviços especializados à outra empresa que não se relacionam com a atividade-fim da empresa contratante. Contudo, o que se observa é a utilização indiscriminada desse instrumento a fim de burlar as normas protetoras dos trabalhadores estabelecidas, principalmente, nos arts. 6º e 7º da Constituição da República e na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Além disso, deve-se observar o fenômeno da quarteirização. Este conceito se refere à prática, cada vez mais crescente, de repasse de atividades por parte da empresa terceirizada contratada para realizar determinado serviço estipulado por meio de contrato. É importante ressaltar que a quarteirização é repudiada pela Justiça do Trabalho, pois geralmente surge de uma terceirização ilícita ou se constitui no contrato de alocação de mão-de-obra em outra empresa. Estas práticas são rechaçadas no enunciado 331 do Tribunal Superior do Trabalho.

3.2.

Dos aspectos subjetivos: a fragmentação da categoria bancária, ou da crise da “antiga” subjetividade

O aumento do desemprego tem significado a fragilização dos trabalhadores assalariados, na medida em que no Brasil, o registro do contrato na carteira de trabalho significa o reconhecimento de um vínculo empregatício que possibilita aos trabalhadores, a fruição de direitos e garantias previstos em sede constitucional e infraconstitucional.

Além disso, tem sido cada vez mais difícil compreender os trabalhadores apenas sob uma perspectiva de classe, devido às tendências homogeneizantes adotadas por esta perspectiva, pois se argumenta que são encobertas as diferenças de sexo/gênero, de cor/raça, de orientação sexual e de geração que perpassam a complexa e heterogênea “classe” trabalhadora.

Outra crítica feita é que no Brasil a perspectiva de classe esteve ligada ao projeto de uma certa esquerda desenvolvimentista que não levava em conta a subjetividade, pois segundo Negri & Cocco (2005) o “desenvolvimentismo capta as dimensões estruturais do subdesenvolvimento, mas ignora os sujeitos e, sobretudo, as figuras das lutas e da resistência” (p. 75), ou seja o poder e a relação de capital são o seu único horizonte (Negri & Cocco, 2005).

A perspectiva dos autores demonstra a complexidade que envolve a análise das sociedades formadas por meios dos processos de exploração colonial, bem como a dificuldade de se estabelecer fronteiras territoriais e identitárias rígidas, pois segundo eles:

A fronteira espacial é imediatamente fronteira de sangue: biopolítica, biopoder com a aparência (e também a força) de sociedades mestiças, o Estado na América Latina constitui-se com base na infinita modulação étnica (e religiosa: o sincretismo) que perpetuará por séculos (podemos dizer até os nossos dias) as estratificações escravistas originárias, tornando-as mais flexíveis, mas também, e justamente em função disso, mais duradouras (Negri & Cocco, 2005, p. 92).

Estas reflexões são importantes, pois o setor bancário possui especificidades tanto no processo de organização do trabalho quanto na sua composição e, dessa forma, apresenta-se extremamente desafiador para as análises desenvolvimentistas, mas também, para aqueles que adotam uma visão mais ortodoxa das categorias marxistas.

Neste sentido, Segnini (2001) escolhe a categoria bancária como exemplo analítico, na medida em que esta categoria teve (e ainda se pode dizer que tem)

acesso à sociedade salarial⁹, ou seja, às relações de trabalho formais que possibilitaram o acesso a um conjunto de direitos e garantias sociais.

Além disso, Segnini (2001) afirma que o trabalho bancário, que é um dos ramos mais expoentes do setor de serviços, constituiu-se em um “ pilar consistente de direitos”, ainda que inscrito em um contexto caracterizado por desigualdades, considerando-se tanto a relação banqueiros/bancários, a diferenciação hierárquica e salarial, a diferenciação de gênero e étnica. Destacando, ainda, que o trabalho bancário é marcado por muita tensão, estresse e sofrimento mental.

Destaca-se, ainda, que apesar de a atividade bancária continuar a crescer economicamente, os trabalhadores bancários estão vivenciando alto grau de vulnerabilidade social, expressa pelo índice elevado de desemprego, pela terceirização dos serviços e pela intensificação do trabalho para os que permanecem empregados e a redução da própria categoria (Larangeira, 1997; Jinkings, 1996, 2001, 2002; Segnini, 2001).

Neste sentido, Larangeira (1997) assinala que ocorreram mudanças significativas no perfil dos trabalhadores bancários, pois nos anos das décadas de 1970 e 1980, a maioria dos caixas e escriturários eram jovens estudantes, sem expectativas de permanência no emprego por muito tempo, desempenhando funções rotineiras e de baixa qualificação, apesar da alta escolaridade. Por outro lado na atualidade:

O perfil do novo bancário é traçado, portanto, a partir da ênfase na capacidade de lidar com tarefas não prescritas e com limites pouco definidos, contrariando a exigência anterior, quando as atividades eram claramente delimitadas pelo manual (Larangeira, 1997, p. 118).

Além disso, a redução dos postos de trabalho no setor impacta diretamente o cotidiano do trabalho dos empregados que permanecem nos bancos, bem como, a ação sindical da categoria que não deve ser atribuída somente à queda das taxas de sindicalização. Neste sentido, Jinkings (1996) ressalta que

... na categoria bancária, as mudanças organizacionais e tecnológicas, influenciando profundamente nas relações de poder dentro das instituições, no cotidiano de trabalho e no próprio perfil da categoria, compeliriam os trabalhadores a criar novos mecanismos de resistência (p. 96).

Diante deste quadro de redução de postos de trabalho e diminuição do número de sindicalizados, os sindicatos também têm enfrentado novas demandas

⁹ O termo sociedade salarial é utilizado por Castel (1998) ao analisar as metamorfoses da questão social. O autor apresenta um panorama de sua formação a partir do enfoque sobre a sociedade

que surgem da falência da visão desenvolvimentista de organização das forças produtivas. As demandas daí decorrentes são pautadas na afirmação de novas identidades que constituem parte de uma nova subjetividade das(os) trabalhadoras(es). E, neste contexto surge o conceito de Sindicato Cidadão.

Além disso, a própria pressão que os movimentos de mulheres, os movimentos feministas e os movimentos negros imprimiram nos últimos anos da década de 1970 e no início dos anos da década de 1990 no Brasil, também foi importante para o questionamento de uma “igualdade forçada” em termos de identidade das (os) trabalhadoras (es).

Ressalta-se, ainda que, a promulgação do novo texto constitucional incluiu entre os seus objetivos fundamentais “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer formas de discriminação” (art. 3º, IV, CFRB/88). Também provocou, ainda, mudanças significativas no que se refere ao trabalho das mulheres incluindo novos direitos e garantias para o seu exercício.

Diante deste contexto, foram negociados novos pactos pautados em documentos internacionais decorrentes de Conferências que observassem os princípios e objetivos da República.

Dentre elas, podem ser destacadas a Conferência Internacional da Mulher realizada em Beijing no ano de 1995, que teve como novidade a discussão em torno da articulação entre relações de gênero e questão racial no âmbito mundial e a III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, ocorrida na cidade de Durban em 2003, que ampliou o debate iniciado na Conferência de Beijing. Note-se, ainda, que a partir de 2003:

... em consonância com a construção histórica dos movimentos sociais, as bases da política nacional e os compromissos assumidos internacionalmente, o governo brasileiro criou três instrumentos institucionais considerados fundamentais para o enfrentamento das discriminações: a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR); a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM); e a Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), todas vinculadas à Presidência da República. Essas Secretarias inauguram uma página significativa no tratamento dispensado pelo Estado brasileiro às iniquidades resultantes do racismo, das discriminações e das desigualdades sociais históricas. (Ribeiro, 2006, 807).

Dessa forma, a partir da articulação entre movimentos sociais e órgãos governamentais é que irá se delinear novas formas de enfrentamento no âmbito da luta pela manutenção do emprego e incremento da diversidade nos locais de

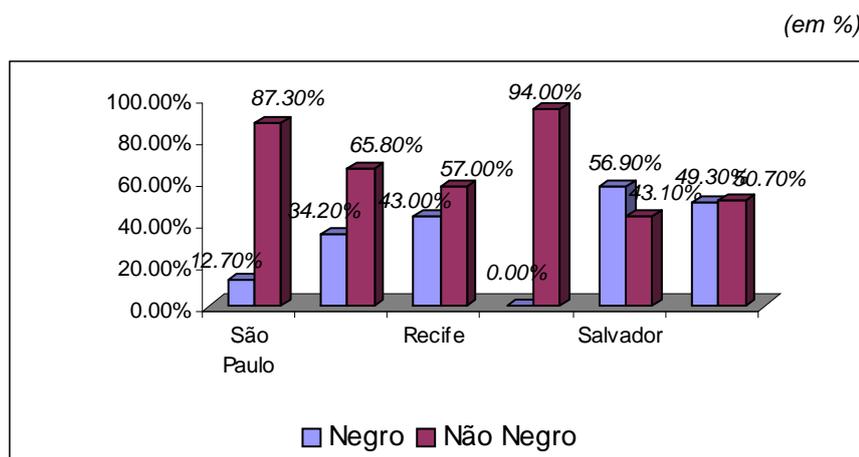
trabalho e, cada vez mais, os sindicatos se envolverão em demandas que inicialmente eram apresentadas pelos movimentos feministas e de mulheres e pelos movimentos negros.

Neste sentido, destaca-se que em 1994, as dirigentes bancárias construíram o documento “A mulher bancária e o mercado de trabalho” e, em 1997, durante o Encontro Nacional dos Bancários, foi institucionalizada com o nome de Comissão Nacional de Gênero, Raça e Orientação Sexual (CGROS).

Santos (2008) afirma que a CGROS “trouxe ao movimento sindical novas demandas e colocou a necessidade de debater a organização dos trabalhadores não apenas em relação à categoria de classe, mas de gênero e raça (p. 01)”.

Além disso, deve-se notar que antes mesmo do ano 2000 os sindicatos já cobravam dos bancos uma auditoria da diversidade que se baseou no “O Rosto dos Bancários – Mapa de Gênero e Raça no Setor Bancário Brasileiro”, realizada a pedido da CNB-CUT pelo DIEESE entre 1998 e 2000, sendo publicada em 2001. A pesquisa comprovou a existência de diversos tipos de discriminação no setor bancário. O gráfico 1 demonstra as disparidades encontradas no que se refere à distribuição por cor/raça no período em que foi realizada a pesquisa.

Gráfico 1
Distribuição dos Empregados nos Serviços Bancários, por Raça
Janeiro de 1998 a Julho de 2000



Fonte: DIEESE.

Elaboração: DIEESE Subseção SEEB SP.

Note-se, ainda, que no ano de 2000, a Confederação Nacional dos Bancários – CNB lançou uma Campanha Nacional pela Igualdade de Oportunidades, sob o argumento de que apesar da inclusão de inúmeras cláusulas relativas ao trabalho

das mulheres em várias convenções coletivas, poucos avanços ocorreram em relação ao tratamento diferenciado entre homens e mulheres; os negros continuavam a ser preteridos no mercado de trabalho e, tampouco, havia diminuído a dificuldade que os deficientes enfrentam para viver nas cidades.

A partir dos resultados apresentados pela pesquisa que revelaram as discriminações sexistas e raciais no setor bancário, a Executiva Nacional dos Bancários e a CGROS conseguiram incluir a Cláusula 52ª *Igualdade de Oportunidades* na Convenção Coletiva de Trabalho de 2001 (Santos, 2008). Esta cláusula trata da

... constituição da Comissão Bipartite que desenvolverá campanhas de conscientização e orientação a empregados, gestores, e empregadores no sentido de prevenir eventuais distorções que levem a atos e posturas discriminatórias nos ambientes de trabalho e na sociedade de forma geral (Santos, 2008, p. 04).

Além disso, foi denunciado que no âmbito do trabalho bancário o desrespeito às Convenções 100 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, que trata da defesa salário igual para trabalho de valor igual para homens e mulheres e a Convenção 111 que discute a questão da discriminação no trabalho era uma realidade constante.

Diante deste contexto, o Ministério Público do Trabalho - MPT procurou os bancos para garantir um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), com prazos e metas para eliminar as desigualdades e diante da relutância dos banqueiros, o MPT foram movidas ações judiciais em face do Itaú, Bradesco, Real ABN, Unibanco e HSBC por discriminação coletiva.

Nesse cenário, o movimento negro conseguiu uma audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Minorias na Câmara dos Deputados, em meados de 2005, que rendeu reuniões, que aconteceram nos anos de 2006 e 2007, pendendo até hoje, entre MPT e FEBRABAN, com participação da CONTRAF-CUT, resultando num plano para o combate às discriminações, o Programa de Promoção da Igualdade de Oportunidades para Todos - COORDIGUALDADE.

Note-se que o COORDIGUALDADE é um programa que resulta de uma pesquisa realizada nos bancos do Distrito Federal pelo Ministério Público do Trabalho e tem por objetivo combater a discriminação racial e de gênero, buscando a isonomia dos trabalhadores vulneráveis a esse tipo de discriminação no âmbito do mercado de trabalho.

Além disso, cresceu a pressão da CGROS, da Comissão Nacional de Combate à Discriminação Racial (CNCDR) e de outros setores e instituições da sociedade, para que fosse realizada uma coleta de dados a fim de possibilitar a montagem do Mapa da Diversidade no setor bancário.

Convém destacar que após anos de luta e pressão dos sindicatos e de outros atores sociais iniciada no ano de 2000, foi realizada a coleta dos dados, durante o primeiro semestre do ano de 2008. Contudo, os resultados da referida pesquisa ainda não foram divulgados, mas existe previsão de que isto ocorra no mês de julho deste ano de 2009.

3.3. Trabalho imaterial: um “outro olhar” sobre o capitalismo cognitivo

Nas últimas décadas do século XX foram percebidas inúmeras transformações na divisão social do trabalho, principalmente a partir da crise do regime de produção fordista que constituiu o ápice das sociedades disciplinares descritas por Foucault (2007b) até o seu declínio, que ocorreu mais rapidamente após o fim da Segunda Guerra Mundial em decorrência da configuração de novas forças na ordem mundial (Deleuze, 1992).

Tem-se afirmado que se trata de um período em que a fábrica já não é mais o padrão de organização da sociedade. Vive-se um período pós-fordista definido como “regime de acumulação que implica a co-presença de diferentes configurações produtivas, desde as formas de tipo proto-industrial até o toyotismo” (Cocco, 2001, p.101).

Assim, neste tópico será apresentado um “outro olhar” acerca do capitalismo cognitivo, a partir da corrente teórica que se desenvolve no âmbito das lutas operárias italianas da década de 1960 e que ganha fôlego na década de 1970. A idéia de um “outro olhar” deve-se ao fato de que o capitalismo cognitivo tem sido alvo de diversas abordagens teóricas, tais como aquelas realizadas por Alvin Toffler, Francis Fukuyama, Claus Offe, Ulrich Beck, Joachim Hirsch, dentre outros.

É interessante notar que esta corrente que tem em Antonio Negri seu mais conhecido teórico, ainda é muito marginalizada. Segundo Altamira (2008),

normalmente as abordagens acerca do marxismo italiano voltam suas análises para a obra de Gramsci¹⁰. Segundo o autor, talvez isso se deva (além de outros aspectos) ao fato do

...uso permanente nesta escola de diversos níveis de abstração fortemente aparentados com reflexões filosóficas – forma de marxismo tão atípica e diferente de outras escolas – que acabam explicando em seu conjunto, o vazio existente com relação ao desenvolvimento teórico e político desta corrente de pensamento marxista” (Altamira, 2008, p. 118).

É claro que não se pretende realizar um amplo resgate histórico desta corrente¹¹, mas se faz necessário contextualizar sua trajetória. Isto porque a corrente operaísta a partir de trabalhos como os de Mario Tronti e Raniero Panzieri irão apresentar inovações em relação aos estudos desenvolvidos pela Escola de Frankfurt (por exemplo), na medida em que prevê o antagonismo operário, mesmo sob um horizonte em que a produção capitalista tomaria todos os campos da vida humana.

Além disso, no que se refere à abordagem deste trabalho, é importante destacar que o operaísmo percebeu, durante os anos 1970, a potência do movimento *Black Power* e das lutas feministas na Itália. No que se refere ao primeiro aspecto foi percebido que o racismo era um motor importante do antagonismo, da luta de classe.

E, mesmo de maneira marginal, foi reconhecido que o trabalho feminino, a partir da análise de Maria Rosa Dalla Costa, “não apenas contribuía para reduzir custo da força de trabalho, como também para a produção de mais-valia” (Altamira, 2008, p. 169).

Dava-se um salto qualitativo para a compreensão de que esta era uma questão importante no que se referia à composição de classe¹², mesmo sem avanços nas questões ligadas à gênero e à sexualidade (Altamira, 2008).

¹⁰ Hall (2003), por exemplo, escreveu um artigo bastante interessante intitulado *A relevância de Gramsci para o estudo de raça e etnicidade*, em que apresenta uma periodização da obra do autor e suas considerações acerca da utilização dos escritos gramscianos para os estudos anteriormente referidos.

¹¹ Neste sentido, recomenda-se a leitura de Altamira (2008), principalmente os capítulos 2 e 4, de Lazzarato & Negri (2001), principalmente a introdução escrita por Giuseppe Cocco.

¹² Neste sentido, Altamira (2008) afirma que o autonomismo utilizou a categoria *composição de classe* que articula a luta dos trabalhadores com as lutas de outros trabalhadores e sua possibilidade de subverter o capital, bem como leva em consideração outras dimensões que se manifestam “na organização política, cultural e social” (p. 67). Assim, pode-se afirmar que a perspectiva autonomista da composição de classe possibilita uma ruptura importante em relação à noção de classe social, uma vez que são incorporados outros elementos à luta.

Assim, estes delineamentos serão primordiais para que se possa compreender a importância das análises desses autores no que se refere às reflexões aqui desenvolvidas.

3.3.1.

Características do capitalismo cognitivo: a nova grande transformação

No âmbito das discussões sobre as mudanças que vêm ocorrendo na contemporaneidade, alguns autores têm afirmado a passagem de um capitalismo pautado na produção fordista, caracterizado por um trabalho em série, repetitivo, para uma fase pós-fordista em que prepondera a invenção, a criatividade, novas formas produtivas¹³.

Diante disto, não se deve mais tomar a fábrica de alfinetes (Adam Smith), mas a produção do livro (Gabriel Tarde). Isto significa que “seria necessário parar de pensar a produção de conhecimentos encerrando-a na produção de mercadorias” (Corsani, 2003).

Segundo Gorz (2005), após a reformulação de seu “adeus ao proletariado” destaca a propagação de uma economia do conhecimento, que “procura redefinir suas categorias principais – trabalho, valor e capital – e assim abarcar novos domínios” (p. 09).

Na economia do conhecimento, tanto o trabalho na indústria quanto no setor de serviços, tem no saber uma fonte que possui importância cada vez maior. Mas este saber não deve ser compreendido como aquele que se aprende em escolas especializadas, mas se refere a todo e qualquer tipo de saber, ou seja, “formas de um saber vivo adquirido no trânsito cotidiano, que pertencem à cultura do cotidiano” (Gorz, 2005, p. 09)¹⁴.

É a incorporação desse saber cotidiano, adquirido por parte dos empregados de uma determinada empresa que é aplicado nas realidades produtivas, que se tornou imensurável¹⁵. A exigência de uma formação constante e continuada, o

¹³ Afirma-se que ocorre uma terceira *transição capitalista* após a saída da manufatura e do desenvolvimento da indústria fordista (Hardt, 1999; Negri, 2003).

¹⁴ No mesmo sentido, Corsani (2003) afirma que: “Irredutíveis a conhecimentos tecnológicos, os conhecimentos produzidos e valorizados no capitalismo cognitivo são de maneira inextricável, conhecimentos científicos, técnicos, artísticos, ideológicos [...]” (Corsani, 2003, p. 27)

¹⁵ Por isso, são realizadas crítica às lutas pautadas apenas na dimensão salarial, pois neste caso, se deveria pensar na conquista de uma renda que assegurasse a contraprestação desta dimensão não

comprometimento com a empresa, “vestir a camisa” (ou adotar “a alma da empresa”) é que serão julgados (e não medidos) pelo chefe ou clientes. Percebe-se aí, que a produção se assemelha a uma prestação de serviços (Gorz, 2005).

Neste sentido, a crise da sociedade salarial¹⁶ também pode ser vista como essa incapacidade de mensuração desse tempo em que o trabalhador não está no espaço físico da empresa, mas em que efetivamente está à disposição dela. Embora o saber, em si, não aceite ser manipulado pelo capital, é exatamente essa insubordinação que se busca controlar e utilizar.

Essa utilização ocorre através da transformação do saber que é abundante (pois está em todo lugar), em escassez. Para se compreender melhor esse ponto basta observar a biopirataria (em que saberes tradicionais são patenteados por grandes multinacionais), o esforço de empresas como a *Microsoft* em conter, em agenciar a expansão dos *softwares* livres, bem como, o aumento os especialistas em direitos autorais, que tentam reformular os ordenamentos jurídicos, a fim de serem adaptados a um tempo em que o saber é cada vez mais necessário e que, por isto, mesmo demonstra com mais clareza sua fluidez contra os mecanismos de captura do capital.

Além disso, Gorz (2005) destaca a coexistência dos modos de produção. Isto significa que a passagem para esta fase do capitalismo não pressupõe o abandono definitivo das formas produtivas anteriores¹⁷. Pelo contrário, tendem a ser tornar cada vez mais híbridas¹⁸.

Segundo o autor, algumas considerações importantes sobre estas transformações, podem ser encontradas nos manuscritos de Marx escritos entre os anos de 1857-1858. Afirma ainda que nos referidos textos “o que importa não é mais a ciência ou o conhecimento, mas a inteligência, a imaginação e o saber, que juntos constituem o capital humano” (Gorz, 2005, p. 17).

Demonstrada a incapacidade de se medir o trabalho por meio de normas preestabelecidas, por meio de jornadas diárias de trabalho, o tempo como padrão

papável da apropriação capitalista. Na realidade, este tem sido um dos aspectos da defesa de uma renda básica de cidadania. Quando o debate é visto nestes termos, fica cada vez mais difícil sustentar a clássica dicotomia entre trabalho e assistência. Contudo, esta é uma questão que merece ser aprofundada em outro momento.

¹⁶ Neste sentido, ver Castel (1998).

¹⁷ Foucault já alertara a este respeito, quando afirmava que a preponderância de um dispositivo do poder não pressupõe o abandono dos que o precederam.

do valor entra em crise. O desempenho passa a ser relacionado diretamente com as pessoas e não mais pelas tarefas realizadas, pois:

O modo de realizar tarefas, não podendo ser formalizado, não pode tampouco ser prescrito. O que é prescrito é a subjetividade, ou seja, precisamente isso que somente o operador pode produzir ao “se dar” à sua tarefa. [...] A impossibilidade de mensurar o desempenho individual e de prescrever os meios e os procedimentos para chegar a um resultado conduz os dirigentes da empresa a recorrer à “gestão por objetivos” [...] É o retorno ao trabalho como prestação de serviços, o retorno do *servicium, obsequium* devido à pessoa do suserano na sociedade tradicional (Gorz, 2005, p. 18).

Virno (2008) afirma que para Marx somente a atividade intelectual que visa à produção de mercadorias é incluída na noção de trabalho produtivo, mas, por outro lado, aquelas atividades em que o produto não pode ser separado do ato de produção e, que fazem parte do outro tipo de atividade intelectual que se refere à sua classificação marxiana, tem levado a alguns equívocos interpretativos embora este seja o mais importante aspecto do trabalho, pois segundo Virno (2008):

Qual é o significado, enfim do *slogan* capitalista sobre a “qualidade total”, a não ser a solicitação de outorgar ao trabalho tudo aquilo que, tradicionalmente, é alheio ao trabalho, isto é, a habilidade comunicativa e o gosto pela ação? E como se pode englobar no processo produtivo toda a experiência do indivíduo, senão o obrigando a uma sequência de variações sobre o tema, *performances*, improvisações? [...] Ninguém é tão pobre como aquele que vê sua própria relação com a “presença alheia”, ou seja, o próprio ter-linguagem reduzido ao trabalho assalariado (Virno, 2008, p. 124).

Interpretações equivocadas têm levado à negação da importância que o setor de serviços possui na contemporaneidade, colocando-o em uma posição secundária. Alguns autores acabam por relacionar este tipo de trabalho como a causa da crise do emprego, pois de certa forma esquecem que o trabalho assalariado não significa a liberdade absoluta (Cocco & Negri, 2005).

Esquecem que, na realidade se busca capturar a potência manifestada nestas atividades e confundem este processo de captura com o próprio trabalho em si, ou seja, só percebem a aparência que se manifestaria no aumento do trabalho morto em detrimento do trabalho vivo¹⁹.

Neste sentido, Corsani (2003) afirma que a abordagem evolucionista vê a inovação como uma espécie de “nova roupagem” dos modos de produção fordista/taylorista “e, portanto o paradigma energético e transformador da matéria,

¹⁸ Hardt (1999) cita como exemplos os chamados países emergentes, tais como Índia e Brasil nos quais existem formas extremamente híbridas de produção.

como uma invariante histórica” (p. 19). Dessa forma, não se consegue apreender plenamente a mudança de paradigma.

Para Corsani (2003) somente é possível compreender a hipótese do capitalismo cognitivo a partir das duas principais especificidades que o compõem, quais sejam, o conhecimento e o sujeito que o produz, pois o cérebro é a principal ferramenta da produção, na análise pautada simplesmente na produção dos conhecimentos.

Afirma, ainda, que não é mais possível sustentar a clivagem entre consumidor e produto, pois as novas tecnologias de informação e comunicação (NTIC) fazem emergir a figura do “usuário como inovador”, na medida em que estes participam ativamente do processo produtivo e, dessa forma, não são mais exteriores à produção.

Assim, as Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC) não se reduzem a mera renovação dos padrões industriais que estariam baseados no *toyotismo* (modelo japonês), pois representam novas formas de organização social, de sociabilidade que vão além de algumas análises que ainda insistem na fábrica como principal ponto de partida das inovações em curso (Alves, 2005; Antunes, 2002, 2006).

Além disso, Corsani (2003) argumenta que o conhecimento não é uma mercadoria como as outras, e embora já se manifestasse no fordismo e no taylorismo, “estava submetido à lei da repetição e à produção de mercadorias por mercadorias, segundo a lógica de valorização do capital, sua especificidade ficava escondida atrás das mercadorias que o incorporavam” (p. 28).

Corsani (2003) destaca que as três características do conhecimento são a indivisibilidade, inapropriabilidade e incerteza e devido à crescente “virtualização dos conhecimentos, fazem com que sua valorização não possa mais funcionar segundo as leis que fundam a valorização de mercadorias” (p. 29).

Nessa perspectiva, Moulier-Boutang (2003) assevera que a globalização pode ser entendida como um dos processos de profunda transformação, de deslocamento da ordem anterior, pois afirma que a “mutação do capitalismo é

¹⁹ Este parece ser o caso, por exemplo, de Antunes (2006).

radical precisamente no sentido em que não está dominada, em que está em movimento, tão atuada quanto atuante” (p. 39).

Destaca que no capitalismo cognitivo, a empresa inverteu a ordem estabelecida durante o período áureo da indústria fordista e dos métodos de controle tayloristas, passou-se da sociedade-fábrica industrial para a empresa-sociedade, onde “[a] substância do valor situa-se na sociedade, na população, nos saberes implícitos, nos processos cognitivos, na cooperação social. O que a empresa capitalista oferece é o controle, o modelo de governança” (Moulier-Boutang, 2003, p. 41).

Segundo o autor, essa forma extrema de controle que é capaz até mesmo de capturar a biopolítica, é “uma política que integra e valoriza a noção do número e não apenas as noções do contrato e da soberania” (p. 42). Para realizar esta operação deve ser capaz de se confundir com a própria sociedade, tornar-se cada vez mais difusa²⁰.

Afirma que nesta era de sociedade em rede, os empresários retomam a figura do banqueiro genovês que negocia com a complexidade social e apreende as novas perspectivas que se esboçam. E, por isso, não se volta tanto para a aquisição de saberes técnico, mas para o cultivo de redes relacionais que possibilitarão conhecer e compreender determinado território produtivo (Moulier-Boutang, 2003). É a figura do empreendedor-político descrita por Lazzarato (2001).

3.3.2. Trabalho imaterial e a materialidade do trabalho: retomando um debate

Diante das novas configurações apresentadas pelo capitalismo contemporâneo, afirma-se que o trabalho imaterial é uma categoria importante para compreender as transformações que atingem o mundo do trabalho, enfim, a sociedade de uma maneira geral.

²⁰ Neste sentido, Foucault (2007) ao tratar das sociedades disciplinares afirma categoricamente que é justamente no momento em que o poder se apresenta mais difuso, que ele se torna mais eficaz.

O trabalho imaterial é uma categoria formulada por Maurício Lazzarato e Antônio Negri como desdobramento do conceito de operário-massa²¹ originário das lutas operárias italianas, cujo movimento ficou conhecido como operaísmo italiano.

Contudo, é importante destacar que no decorrer dos debates ocorreram algumas dissensões e rupturas nas diversas fases do movimento. Altamira (2008) afirma que o operaísmo italiano e a autonomia operária (ou pós-operaísta) são designados genericamente de “operaísmo”, embora representem dois momentos distintos de existência do movimento.

A categoria trabalho imaterial se coloca dentro do operaísmo da década de 1960, mas por outro lado, avança em relação às contribuições teóricas de Sérgio Bologna sobre “trabalho autônomo”, de Christian Marazzi sobre a “guinada linguística” e, de Paolo Virno sobre a noção de *General Intellect* e as relações entre trabalho e ação (Cocco, 2003 apud Lazzarato & Negri, 2001, p. 17).

Na década de 1970, dois acontecimentos marcam a autonomia operária: a organização deste movimento em um sindicato novo e o começo do investimento nos processos de automação. Este último originará as análises sociológicas dualistas que sustentavam dois tipos de sociedade do trabalho. Uma que se constituía de trabalhadores das indústrias centrais e, a outra pelos trabalhadores precarizados. Neste sentido destaca-se que

Fenomenologicamente corretas, pela apreensão das contradições internas às forças de trabalho, estas últimas apareciam completamente ineficazes para a determinação das contradições entre trabalhadores e o novo regime de acumulação. Estas são apontadas na emergência de uma nova composição técnica das forças de trabalho, o “operário social” (Cocco, 2003 apud Lazzarato & Negri, 2001, p. 20).

Assim, a abordagem pautada na idéia do “operário social” negava as teses dualistas que separavam setores produtivos de setores improdutivos e procurava articular a “centralidade produtiva de figuras sociais cujas dimensões produtivas não dependiam mais da inserção na relação salarial central. A dualização não era,

²¹ ... “[o] ‘conceito de operário-massa’ tinha sido, desde o final dos anos de 1950, o resultado de um importante esforço teórico, militante, dos ‘primeiros’ *operaístas* (Raniero Panzieri, Mario Tronti e Antonio Negri)” (Cocco, 2003 apud Lazzarato & Negri, 2001, p. 17). Inovaram ao aplicar os mesmos princípios de E.P. Thompson, no sentido de que a classe não é mera abstração, tampouco pouco poder ser reduzida à relação salarial. Isto significa que “a classe operária não emerge e não luta porque existe. Ao contrário, existe porque luta, se forma nos concretos acontecimentos nos quais ela se nega como força de trabalho e afirma sua autonomia (Cocco, 2003 apud Lazzarato & Negri, 2001, p. 17).

naturalmente, negada, mas interpretada como o novo instrumento de comando” (Cocco, 2003 apud Lazzarato & Negri, 2001, p. 21).

Na década de 1980, diante das mudanças que estavam em curso no mundo todo, mas, significativamente diante dos debates da esquerda europeia e norte-americana, desenvolve-se a categoria trabalho imaterial como crítica à perda de um horizonte da crítica ao capital, na medida em que se buscava apenas uma reforma que criasse mais empregos e que somente enxergava o fim do trabalho, após tê-lo subsumido na relação salarial.

É importante destacar que o trabalho imaterial é uma abordagem diferente daquelas encontradas em outras correntes marxistas que enxergavam na sociedade da informação, ou a catástrofe (fim do trabalho), ou o melhor dos mundos (maior tempo livre, mais liberdade para os trabalhadores). Entretanto, esta visão do mundo é rejeitada pela perspectiva operáista²², pois compreende que a dialética é a forma “pela qual o capital busca capturar a luta dos trabalhadores” (Altamira, 2008, p. 63).

Além disso, afirma-se que a corrente autonomista se diferenciou das outras correntes marxistas em três pontos. Primeiro porque sustentou que existe a possibilidade de autonomia do movimento operário em relação ao capital; em segundo lugar, valorizou o espaço das lutas (conforme foi destacado anteriormente) e, rejeitou o autoritarismo do socialismo real (Altamira, 2008).

Neste sentido, no trabalho imaterial, as dinâmicas de circulação e aqueles processos que eram remetidos à esfera da reprodução, já não podem ser subsumidos àquela ordem em que predominava a fábrica fordista, o trabalho assalariado e o tempo como principal padrão de medida do valor.

Dessa forma, afirma-se uma nova perspectiva de análise da crise do capital, pois, o “trabalho material, mensurável em unidades de produtos por unidades de tempo, é substituído por trabalho dito imaterial, aos quais os padrões clássicos de medida não mais podem se aplicar” (Gorz, 2005, p. 16). Assim, pode-se afirmar acerca do trabalho imaterial que:

²² Destaca-se que a partir deste ponto será utilizado o termo autonomismo que é um dos desdobramentos do movimento operáista.

Com efeito, é contemporaneamente sobre a derrota do operário fordista e sobre o reconhecimento da centralidade de um trabalho vivo sempre mais intelectualizado, que se constituíram as variantes do modelo pós-fordista. [...] Como prescreve o novo *management* hoje, ‘é a alma do operário que deve descer na firma. É a sua personalidade, a sua subjetividade, que deve ser organizada e comandada. “Qualidade e quantidade do trabalho são reorganizadas em torno de sua imaterialidade (Lazzarato, 2001, p. 25).

Segundo Lazzarato (2001) o trabalho imaterial não reproduz a sociedade e nem a si mesmo na forma de exploração, mas na forma de reprodução da subjetividade, pois engloba também o ciclo reprodução-consumo.

Além disso, através do trabalho imaterial, é possível afirmar que as dimensões comunicativas e sociais não são perdidas ao se integrar na dinâmica da acumulação. Na heterogeneidade dos modos de produção no pós-fordismo, a comunicação possui papel fundamental aliada à rearticulação territorial da produção. Dessa forma:

Trabalho imaterial e territorialização da produção constituem as duas faces de uma mesma transformação, fundamentada na recomposição subjetiva do trabalho, a nova centralidade do trabalho vivo. [...] Assim, a descentralização produtiva e a desintegração vertical constituem apenas fenômenos secundários diante do crescimento de um trabalho concreto que integra as dimensões empresariais (Cocco, 2001, p. 102).

Tal análise esclarece que a nova centralidade do trabalho deve estar atenta para a relação entre trabalho imaterial e territorialização da produção²³ visto que compõem esta nova centralidade, pois é “unicamente no trabalho imaterial, figura historicamente determinada do *General Intellect* (do saber social geral, do saber como bem público), que é impossível separar o tempo de trabalho do tempo de reprodução” (Cocco, 2001, p.110).

Outra análise deste mesmo ponto de vista é encontrada em Virno (2008). O autor sustenta que: “a) que o Trabalho absorveu os traços distintivos da ação política; b) que tal anexação tornou-se possível graças à conspiração entre a produção contemporânea e um Intelecto tornado público, isto é, irrompido no mundo das aparências” (p. 118).

²³ Segundo Moulier-Boutang (2003) o “trabalho assalariado fortemente homogeneizado pela grande indústria não constitui mais a ossatura do território; é o território que assegura a compatibilidade, a combinação de diversas formas de trabalho dependente [...] É esta transformação que modifica profundamente o papel dos sistemas de proteção social ainda amplamente herdados da época fordista” (p. 45). Neste sentido, o autor defende que se vive em uma época que denomina de capitalismo cognitivo marcada pela difusão da empresa por toda a sociedade e pela crise dos sistemas de mensuração dos níveis de produtividade do trabalho herdados do período fordista/ taylorista.

Segundo Virno (2003), afirma que “[p]or *general intellect* é preciso entender ao pé da letra, *o intelecto em geral*” (p. 126). Segundo o autor, o intelecto se torna público quando se une ao trabalho²⁴ mas neste momento, já ocorre sua distorção, inibição (Virno, 2008) e, afirma que:

O dar ao trabalho aquilo que é *comum*, quer dizer, o Intelecto e a Linguagem, se por um lado torna fictícia a divisão técnica impessoal das funções, por outro, não se traduzindo tal comunhão em uma “esfera pública” (portanto em uma comunidade política), induz a uma personalização viscosa da sujeição (Virno, 2008, p. 129)

Assim, a figura do *General Intellect* propõe alguns importantes elementos de reflexão para o deslocamento da crítica dentro do novo paradigma (o capitalismo cognitivo), para enfrentar e não apenas negar os novos desafios. E, o conceito de intelectualidade pública supera a categoria clássica do trabalho improdutivo por considerá-lo insuficiente para responder às novas demandas societárias²⁵.

Neste sentido, Cocco (2001) desenvolve uma análise das mudanças da constituição material dentro da passagem do fordismo ao pós-fordismo e do deslocamento da relação entre cidadania e produção. Baseando-se na definição da constituição material do pós-fordismo interpreta a nova centralidade do trabalho vivo, no sentido de que:

[...] por trás da crise do trabalho industrial (e do trabalho assalariado formal), o regime de acumulação pós-fordista determina uma difusão social do trabalho. Longe de desaparecer, o trabalho não pára de se difundir no espaço e no tempo: nos territórios desenhados pelas redes sociais de cooperação; num tempo definido pela recomposição de tempo de vida e tempo de trabalho. (Cocco, 2001, p.16)

Além disso, procura reconstruir as análises político-teóricas da crise financeira, a fim de demonstrar que não é possível analisá-la em si mesma, pois acredita que sua novidade depende dos paradigmas que caracterizam os processos de trabalho, e ao contrário do que propõe as abordagens de tipo neo-industrial, não os determina (Cocco, 2001) ²⁶.

²⁴ No mesmo sentido Lazzarato (2001) afirma que o trabalho se torna imaterial e a força de trabalho em intelectualidade de massa. Estes são os elementos do *General Intellect*.

²⁵ Neste sentido, Grisci (2006) destaca que “ao falar-se em trabalho imaterial, fala-se também do trabalho produtivo material” (p. 39). Esta observação é importante tendo em vista que na clássica divisão dicotômica entre trabalho material e trabalho imaterial, este último foi marginalizado por se considerar que o trabalho no setor de serviços ainda é dependente da indústria (Antunes, 2006).

²⁶ Moulrier-Boutang (2003) e Corsani (2003) entendem que a mutação do capitalismo é radical e, dessa forma a globalização representaria apenas em parte o deslocamento de uma ordem antiga. A novidade essencial consistiria no estabelecimento de uma nova base do valor, novas formas de validação da moeda e de novas formas de subordinação do trabalho.

As abordagens que separam a esfera real da esfera financeira (ou seja, a autonomização da esfera do capital fictício), apesar das divergências quanto à apreensão do processo de globalização (tanto na sua aceitação, quanto nas formas de resistência a esse processo) partem do pressuposto de que o Estado-nação e sua soberania são parâmetros insuperáveis da discussão política e de alternativas de superação do mercado²⁷.

Contudo, a questão central se subsume a circulação e à distribuição da riqueza produzida, pois a perda da dinâmica universalizante da relação salarial que funcionava como motor da formação da mais-valia e de sua realização acaba reabrindo a discussão neste período de ‘ditadura’ dos mercados e de um Estado cada vez menos intervencionista.

Ao se compreender o fordismo como resultado das relações altamente conflituais da relação salarial tem-se uma abordagem mais ampla acerca da reestruturação produtiva, pois “o cerne do fordismo encontra-se, na dinâmica dos ganhos de produtividade, da qual depende o crescimento, simultâneo e interdependente, da acumulação e dos salários reais” (Cocco, 2001, p. 65).

Segundo Cocco (2001), a difusão territorial dos processos produtivos (especialização flexível) não se limita às lógicas de externalização e terceirização, pois, “por um lado o mercado entrou na fábrica, obrigando-a a flexibilizar-se para acompanhar suas evoluções cada vez mais voláteis e mais visíveis.

Por outro lado, o próprio regime de fábrica generalizou-se por toda a sociedade” (Cocco, 2001, p. 98). Isto significa que ao contrário de uma marginalização do trabalho, tem-se em última instância, em uma nova centralidade do trabalho vivo imbricado com as características de profunda socialização do trabalho.

3.3.3. O trabalho bancário na contemporaneidade: da disciplina ao controle

Verifica-se que o trabalho tem assumido novas configurações neste período que podem ser entendidas como uma terceira transição capitalista, onde trabalho imaterial representa a chave para se compreender de maneira mais nítida os referidos processos.

²⁷ Nesta perspectiva podem ser citados Fiori (1999) e Fiori & Tavares (1997).

Além disso, conforme foi destacado anteriormente, o trabalho bancário é um importante exemplo das transformações que vem ocorrendo e, no Brasil, assume grande importância devido às características históricas de sua implantação e expansão no país, bem como pela composição da sua força de trabalho, que apresenta características diferenciadas em relação ao conjunto dos outros trabalhadores empregados em empresas, sejam elas públicas ou privadas.

Neste sentido, serão destacados alguns aspectos referentes às especificidades do setor bancário brasileiro e os impactos que as características do capitalismo cognitivo têm sobre a organização do trabalho e a subjetividade dos trabalhadores, pois este é um ponto importante a ser considerado.

Contudo, destaca-se que essas transformações podem ser compreendidas como um processo mais amplo. Este processo é resultado da passagem das sociedades disciplinares para uma sociedade de segurança ou de controle, conforme descritas por Foucault (2007) e Deleuze (1992).

As sociedades disciplinares surgem no século XVIII e atingem seu ápice no início do século XX. Distinguem-se de outras sociedades tais como aquelas pautadas na escravidão, na domesticidade, na vassalagem e no ascetismo²⁸ e são caracterizadas pela presença do poder disciplinar e do poder biopolítico ou biopoder.

O poder disciplinar (ou, ainda, a anátomopolítica) surge no século XVII, e tem na disciplina seu principal dispositivo (ou tecnologia). A disciplina é a arte do corpo, visa transformar os corpos dos indivíduos em corpos exercitados, corpos submissos, enfim, em corpos “dóceis” (Foucault, 2007).

O poder biopolítico ou biopoder surge no século XVIII e se constitui em uma modalidade de ação que é endereçada a uma multiplicidade qualquer, mas que visa à população por meio de tecnologias específicas, se direciona ao homem-espécie (Foucault, 2005).

Esse novo dispositivo do poder se caracteriza por procedimentos, algumas vezes espontâneos, outras vezes combinados e que se referem à natalidade (mas não se refere diretamente ao problema da fecundidade), à morbidade, à endemia e

²⁸ Este é um aspecto importante, pois a escravidão é marcada por uma apropriação dos corpos; a domesticidade, de dominação constante e global, não analítica, ilimitada, centrada em uma vontade singular; a vassalagem se caracteriza por uma relação de dominação altamente codificada que se realiza de maneira mais intensa sobre os produtos do trabalho e o ascetismo e a vida monástica que são marcadas pela realização de renúncias pessoais (Foucault, 2007).

à velhice. E, no final do século XVIII e início do século XIX emergirá o pensamento médico e higienista (Foucault, 2005)²⁹.

O espaço passa a ter uma importância fundamental nas sociedades disciplinares. Conforme anota Deleuze (1992), passa-se de um espaço fechado a outro (família, escola, fábrica, hospital, prisão), pois a disciplina é centrípeta, isola um espaço, determina um segmento (Foucault, 2008c).

Além disso, o confinamento era um projeto que se tornava visível na fábrica: “concentrar; distribuir no espaço; ordenar no tempo; compor no espaço-tempo uma força produtiva cujo efeito seja superior à soma das forças elementares” (Deleuze, 1992, p. 219). Contudo, a fábrica não significa apenas um ponto de análise do modo de produção capitalista.

Lazzarato (2006) afirma que para Foucault, a fábrica nada mais é do que a atualização do enclausuramento, do aprisionamento. A relação capital/trabalho não é o eixo principal que alinha as outras relações sociais, pois “uma sociedade não é definida pelo seu modo de produção, mas pelo regime discursivo, pelos enunciados que ela formula, e pelas visibilidades que tais enunciados efetuam” (Lazzarato, 2006, p. 68).

Segundo Lazzarato (2006) o trabalho representava um papel fundamental na planificação e regulação da sociedade. “Na sociedade planificada, o acesso das mulheres, das crianças e dos velhos aos direitos sociais passava pelo assalariamento” (p. 90). Segundo o autor:

As instituições de planificação são completamente transversais e configuradas pela idéia do trabalho que agencia e articula disciplina e biopoder, prisão e gestão da vida, desenhando assim os contornos da sociedade como uma “gaiola de ferro”, de acordo com as formulações de Max Weber. [...] Com o advento da planificação e do fordismo, o trabalho não é mais a potência ontológica “espontânea” de criação do mundo de que fala Marx. [...] Se o trabalho aparece agora como a fonte de energia que nutre as relações sociais, não é mais porque constitui o mundo social, mas porque o compromisso social e político entre sindicatos, patrões e Estado se constitui em torno da idéia de trabalho (Lazzarato, 2006, p. 90-91).

Contudo, já no final do século XIX, começa a se delinear a passagem para uma sociedade de segurança (Foucault, 2008c) ou de controle (Deleuze, 1992), conforme foi afirmado anteriormente.

²⁹ Lazzarato (2006) compara estas tecnologias com aquelas que no século XX, foram adotadas pelo Estado-Providência (*Welfare State*).

Segundo Foucault (2008c), enquanto a disciplina é centrípeta, a segurança é centrífuga, pois visa à integração de novos elementos de forma contínua. “[I]ntegra-se a produção, a psicologia, os comportamentos, as maneiras de fazer dos produtores, dos compradores, dos consumidores, dos importadores, dos exportadores, integra-se o mercado mundial”.(p. 59).

Além disso, o dispositivo de segurança, ao contrário da disciplina, admite um mínimo *laissez faire* e, fundamentalmente, distancia-se o suficiente para “poder apreender o ponto em que as coisas vão se produzir, sejam elas desejáveis ou não” (Foucault, 2008c, p. 61). Assim, destaca que

... a segurança sem proibir nem prescrever, mas dando-se evidentemente alguns instrumentos de proibição e de prescrição, a segurança tem essencialmente por função responder a uma realidade de maneira que essa resposta anule essa realidade a que ela responde – anule, ou limite, ou freie, ou regule (Foucault, 2008c, p. 61).

Lazzarato (2006) apoiado em Gabriel Tarde afirma que na passagem para as sociedades de controle, “o grupo social não se constituía mais nem por aglomerações, nem pela classe, nem pela população, mas pelo público (ou melhor, pelos públicos)” (p. 75)³⁰.

O autor sustenta que nas sociedades de controle, as relações de poder são expressas “pelas ações a distância de uma mente sobre a outra, pela capacidade de afetar e de ser afetado dos cérebros, midiaticizada e enriquecida pela tecnologia” (Lazzarato, 2006, p. 77) e afirma que

... a dificuldade para visualizar e apreender estes novos processos de subjetivação, depois que as classes sociais se desfizeram, está certamente ligada, por um lado, às dificuldades que temos em alcançar, em captar as leis de constituição e variação dessas segmentações móveis e cambiantes, que parecem não ter nenhum fundamento objetivo; e, por outro lado, a dificuldade está relacionada à tradição histórica marxista que remete as modalidades de associação dos públicos à ideologia (Lazzarato, 2006, p. 79).

As sociedades de controle são constituídas por um conjunto de dispositivos que se superpõem, pois existe “a moldagem dos corpos, garantidas pela disciplina,

³⁰ O público na acepção de Gabriel Tarde significa o público dos meios de comunicação, o público de um jornal. Neste sentido, é importante esclarecer que Lazzarato (2006) se afasta de sua concepção de trabalho imaterial, por entender que a ruptura radical somente se dará a partir do abandono de análises baseadas na relação sujeito/objeto. Suas análises se aproximam mais das reflexões que propõem uma neomonadologia (Gabriel Tarde) ou uma nomadologia (Gilles Deleuze), a partir da reformulação das mônadas de Leibniz. Assim, apesar de serem utilizadas suas reflexões acerca das sociedades de controle, admite-se que a maior parte das análises aqui realizadas, ainda remetem à perspectiva do trabalho imaterial.

[...] a gestão da vida organizada pelo biopoder [...] e a modulação da memória e suas potências virtuais reguladas pela noolítica³¹” (Lazzarato, 2006, p. 86).

Deleuze (1992) destaca que nas sociedades disciplinares, a assinatura indicava o indivíduo, ao passo que o número de matrícula, sua posição na massa. Contudo, nas sociedades de controle é a senha que permite o acesso ou a rejeição à informação. Os “indivíduos tornaram-se ‘dividuais’, e as massas tornaram-se amostras, dados, mercados ou ‘bancos’” (Deleuze, 1992, p. 223).

Diante destas considerações, busca-se analisar o trabalho bancário neste cenário. Segnini (1988) ao estudar o banco Bradesco e a fundação da mesma instituição que se destinava à prestação de atividades e culturais e serviços educacionais realizou uma aproximação das técnicas disciplinares descritas por Foucault (2007).

Ao analisar a “família” Bradesco, a autora destacava que os filhos dos empregados eram “adestrados” segundo as normas disciplinares prescritas pela instituição e, geralmente, ingressavam nos quadros do banco. Além disso, o cotidiano do trabalho bancário era marcado por grande regulação da jornada de trabalho e fortemente hierarquizado.

O espaço era organizado de forma a trazer todos aqueles que se encontravam no espaço da agência bancária, devidamente posicionados de acordo com uma ordem hierárquica. O cliente era marcado na fila e por sua assinatura, embora já se observasse o incremento das NTIC na organização do trabalho Segnini (1998).

Contudo, Venco (2006), ao estudar a terceirização dos serviços de *telemarketing* dos bancos, observa que as novas configurações dos *layouts* buscam controlar não apenas as atividades de seus empregados, mas também de seus clientes. Neste caso, ocorre uma comparação com o panóptico de Jeremy Bentham, descrito por Foucault (2007), como forma de vigilância e disciplina constante.

Sanches (2006), por sua vez, afirma que até mesmo os clientes participam da gestão da produção capitalista no contexto do sistema bancário e têm suas ações cada vez mais controladas pelos bancos, na medida em que “após 1994, as

³¹ Para Lazzarato (2006) a “noolítica (conjunto das técnicas de controle) se exerce sobre os cérebros, atuando em primeiro lugar sobre a atenção, para controlar a memória e sua potência virtual. A modulação da memória será então a mais importante função da noolítica” (p. 86).

mais diversas tarifas passaram a ser cobradas sobre as operações realizadas para e pelos clientes que, inclusive, sugerem e obedecem às ordens no imperativo” (p.34). Prossegue afirmando que:

Nas operações bancárias, feitas nos caixas eletrônicos até mesmo o tempo é controlado. “Caso o próprio cliente demore em efetivar uma operação, a tela de trabalho será removida e ele terá que voltar ao ponto inicial e refazer todo o trajeto interrompido” (p.35).

Nesse contexto, não se pode furtar à comparação com o poder disciplinar de Foucault (2007), principalmente em sua análise da formação dos “corpos dóceis” em que trata da arte das distribuições e da importância do controle da atividade e dos “recursos para o bom adestramento” em que “a vigilância é um operador econômico decisivo, na medida em que é ao mesmo tempo uma peça interna no aparelho de produção e uma engrenagem específica do poder disciplinar” (p.147).

Contudo, pode-se afirmar que ao mesmo tempo em que se percebe a dinâmica da disciplina pode-se também observar a ação dos dispositivos das sociedades de controle. Além disso, assinatura já não é mais essencial para o acesso aos serviços bancários e a senha passa a ser fundamental. A noolítica, a mobilização da atenção torna-se fundamental, pois cliente deve lembrar-se da senha correta e digitá-la no tempo determinado pelo sistema.

As agências têm seu *layout* redefinido, a fim de desconcentrar a presença dos clientes e, dessa forma, não se tem a necessidade de um espaço hermético, onde todos são vigiados. Os serviços bancários passam a ser realizados em postos de auto-atendimento (Larangeira, 1994; Sanches, 2006). As agências passam a ser organizadas de maneira não-hierárquica. Gerentes e subordinados são posicionados de maneira horizontal, pois todos são colaboradores³² (Dourado, 2000).

A segmentação se dá por meio de classificações que remetem ao poder aquisitivo dos clientes, os mais pobres são atendidos em postos de correspondentes bancários, a fim de reduzir os custos operacionais (Larangeira, 1994; Dourado, 2000). O atendimento realizado por bancários destina-se quase exclusivamente, àqueles clientes que possuem maior poder de compra de serviços e produtos e, por isso mesmo, exigem um atendimento personalizado. Quanto aos

³² É interessante observar que esta expressão é constantemente utilizada nos balanços sociais apresentados pelos bancos e pela FEBRABAN.

demais, restam as centrais de atendimento para a resolução de quaisquer problemas³³.

Assim, compreende-se a necessidade de que sejam apreendidas tais mudanças paradigmáticas que ocorrem com o capitalismo, a fim de possibilitar uma análise mais apurada das questões relacionadas ao gênero e às relações de cor/raça e etnia que se estabelecem no interior da força de trabalho e, no caso específico desta pesquisa, no interior do trabalho bancário. Neste sentido, Grisci (2006) afirma que:

A exigência imposta aos trabalhadores, de uma mobilidade sem precedentes em parte possibilitada pelas próteses tecnológicas que acoplam aos corpos, não pressupõe autonomia para traçar suas próprias rotas, uma vez que o controle se impõe de maneira dispersa, em todas as atividades de forma rizomática [...] ao analisar as atuais formas laborais bancárias (p. 36).

Não se pode pensar a resistência das(os) trabalhadoras(es) em uma forma de enfrentamento direto aos processos de trabalho que atualmente se configuram, notadamente no trabalho bancário. Conforme assinala Grisci (2006), a resistência se dá através de linhas de fuga.

Dessa forma, descortinam-se múltiplas possibilidades para reflexão acerca da nova centralidade do trabalho vivo e a articulação entre produção de subjetividades e resistência. Neste período histórico em que se afirma a necessidade do reconhecimento das diferenças, da afirmação de identidades que rompam com essencialismos e com a lógica binária é que se deve pensar a inserção profissional de mulheres negras no setor bancário.

3.3.4. Captura dos afetos: a importância do trabalho das “mulheres”

Conforme destacado anteriormente, o trabalho imaterial, tal como foi proposto por Antonio Negri e Maurizio Lazzarato apresenta-se na atualidade, como uma importante categoria teórica para se compreender as atuais

³³ É importante destacar que estudo do DIEESE (2006b) aponta que os ganhos dos bancos têm se originado cada vez mais de receitas de prestação de serviços. Nos bancos que publicam as contas dos resultados dos serviços de forma desagregada, entre eles Banco do Brasil, Bradesco e Itaú, constata-se que as principais fontes de arrecadação das receitas originam-se de tarifas de contas correntes, cartões de crédito (anuidades e convênios com estabelecimentos comerciais) e tarifas com operações de crédito, em que se inclui a tarifa com abertura de crédito (TAC). Segundo o Banco Central do Brasil, 70,1% das receitas de prestação de serviços do setor bancário estão relacionadas à cobrança de tarifas decorrentes das relações dessas instituições com seus clientes.

configurações de um capitalismo, que tem como uma de suas principais características a necessidade de produzir, capturar subjetividades, a fim de realizar seu processo de valorização.

Diante desta perspectiva, serão realizadas algumas considerações acerca de uma das mais importantes facetas do trabalho material, qual seja o trabalho afetivo, que tem assumido uma posição dominante em relação a outras formas de trabalho na economia capitalista global (Hardt, 1999).

Isto porque, a passagem do domínio do trabalho industrial para a tecnologia da informação e os serviços (aqui entendidos como uma extensa gama de atividades, tais como, cuidados de saúde, educação, transporte, entretenimento, finanças - onde se inclui o setor bancário), passa a representar a principal atividade econômica do período que Hardt (1999) denomina pós-modernização ou informatização.

Segundo o autor, o trabalho afetivo está pautado em sensações, manipulação de afetos. Destaca, ainda, que este tipo de trabalho é pautado no contato pessoal (que também pode ser virtual) e na interação com computadores, na produção de cultura e conhecimento (Hardt, 1999).

Hardt (1999) afirma que este tipo de trabalho pode ser mais bem compreendido a partir daquilo que as análises feministas denominam de “trabalhos femininos”. O que este tipo de trabalho produz são redes sociais, formas de comunidade, biopoder³⁴, que são capturadas pelo capital.

Hardt (1999) alerta para o fato de que esta discussão não é tão nova assim, pois já tem sido bastante debatida pelas feministas, principalmente no que se refere à questão do cuidado e de seu significado para a produção capitalista. No mesmo sentido, Weeks (2008) afirma que o debate sobre o trabalho afetivo já é realizada há bastante tempo pelas feministas, ainda que não tenha recebido esta denominação e, destaca que:

³⁴ Aqui é importante esclarecer que Hardt (1999) considera o biopoder a partir de duas perspectivas: uma se refere à dimensão do poder soberano e a outra é vista a partir da sociedade. No segundo caso, o autor afirma que se pode observar nesta dimensão biopolítica é que denomina de *gendered labor*.

O trabalho afetivo, em particular, vinha sendo interpretado por algumas tradições do feminismo como fundamental, tanto para as modalidades contemporâneas de exploração, quanto para a possibilidade de transgredi-las. (p.17).

Weeks (2008) realiza a abordagem de duas correntes do feminismo. A primeira se refere à segunda onda de feministas socialistas anglo-americanas (que reporta à crítica marxista), principalmente aquelas desenvolvidas no período compreendido no final da década de 1960 e início da década de 1980. A segunda se refere às contribuições de Arlie Hochschild acerca do trabalho imaterial de colarinho branco (refere-se à perspectiva sociológica dos trabalhadores do setor de serviços).

A autora destaca que apesar da inovação crítica trazida por cada uma das contribuições, ambas foram limitadas “pelo recurso a uma perspectiva crítica e a uma noção de resistência ancorada em um ‘fora’” (Weeks, 2008, p. 18). As análises das feministas socialistas não foram capazes de analisar adequadamente a passagem do fordismo ao pós-fordismo (Weeks, 2008).

Butler (1997a) ao enfatizar o papel que a ação política pautada na luta contra uma reprodução do gênero e da heteronormatividade não são meramente culturais, também destaca as importantes contribuições teóricas realizadas pelas feministas, notadamente pelas socialistas e por aquelas interessadas na confluência entre o marxismo e a psicanálise, durante as décadas de 1970.

Estes estudos se basearam, em grande parte nos trabalhos desenvolvidos por Marx e Engels que insistiram na associação entre os modos de produção e as outras formas de associação social.

Butler (1997a) afirma que apesar de Marx vacilar se deveriam considerar a procriação como uma relação social ou natural, acaba por contribuir para a compreensão de um modo de produção sempre está acompanhado de um modo de cooperação e, dessa forma, é uma força produtiva.

Além disso, esclarece que muitos dos debates feministas daquele período não apenas caracterizaram a família como parte do modo de produção, com também demonstraram que a produção do gênero deveria ser entendida como uma produção de seres humanos, de acordo com as regras de reprodução da família heteronormativa (Butler, 1997a).

Neste sentido, a psicanálise foi introduzida como uma maneira de demonstrar de que forma o sistema de parentesco contribui para a reprodução de pessoas, conforme as necessidades do capital.

Para a perspectiva feminista socialista daquele período, foi primordial a compreensão de que a família não era algo dado naturalmente, visto que constituída por regras específicas das funções de parentesco, “é historicamente contingente e, em princípio, passível de ser transformada” (Butler, 1997a, p. 272)³⁵.

Assim, o trabalho de Gayle Rubin³⁶ e de outras feministas assumia extrema importância, na medida em que enfatizavam o fato de que a reprodução normativa do gênero era essencial para reprodução do trabalho e da família heteronormativa e, dessa forma,

... a divisão sexual no trabalho poderia não poderia ser compreendida a margem da reprodução generizada das pessoas; a psicanálise interveio habitualmente como um modo de rastrear a vertente psíquica desta organização social, e os modos nos quais esta regulação se manifestava nos desejos sexuais. Então, a regulação da sexualidade era, sistematicamente tido como o modo de produção próprio do funcionamento da política econômica (Butler, 1997a, p. 272)³⁷.

Contudo, Weeks (2008) afirma que apesar de terem ampliado a noção de reprodução e repensado a concepção acerca do trabalho, o debate ficou restrito à questão do trabalho doméstico não-remunerado e ao cuidado realizado no âmbito do trabalho doméstico, pois os debates ficaram polarizados entre aquelas que eram mais heterodoxas, que entendiam o trabalho assalariado e o trabalho doméstico em termos mais integrados e, as mais ortodoxas, que insistiam em termos de esferas separadas.

³⁵ A passagem original é esta: “Essential to the socialist-feminist position of the time was precisely the view that the family is not a natural given and that, as a specific social arrangement of kin functions, it remained historically contingent and, in principle, trans- formable” (Butler, 1997a, p. 272).

³⁶ Rubin (1990) afirma que: [...] Every mode of production involves reproduction – of tools, labor and social relations. We cannot relegate all of the multi-faceted aspects of social reproduction to the sex system. Replacement of machinery is an example of reproduction in the economy. On the other hand, we cannot limit the sex system to “reproduction” in either the social or biological sense of the term. A sex/gender system is not simply the reproductive moment of a “mode of reproduction”. The formation of gender identity is an example of production in the realm of the sexual system” (Rubin, 1990, p. 90).

³⁷ No original: “the sexual division of labor could not be understood apart from the reproduction of gendered persons, and psychoanalysis usually entered as a way of understanding the psychic trace of that social organization as well as the ways in which that regulation appeared in the sexual desires of individuals. Thus, the regulation of sexuality was systematically tied to the mode of production proper to the functioning of political economy” (Butler, 1997a, p. 272).

Segundo Weeks (2008), a análise em termos de esferas separadas atualmente é extremamente questionável. Afirma que “muitas formas de atividade de cuidado e de trabalhos domésticos são transformadas em formas feminizadas, racializadas e globalizadas de trabalho assalariado no setor de serviços” (p. 24).

Contudo, a autora afirma que ao serem analisadas as contribuições da sociologia do trabalho, as abordagens passam “do fordismo para o pós-fordismo, para do trabalho assalariado para o não-assalariado, e da crítica exploração para a crítica da alienação” (Weeks, 2008, p. 25).

Weeks (2008) destaca as contribuições de Hochschild que desenvolve alguns aspectos da pesquisa realizada por Mills sobre o trabalho de “colarinho branco”. Utiliza a categoria trabalho emocional, ou trabalho dos afetos para “resgatar e trazer à luz alguns aspectos das análises de Mills sobre o mercado da personalidade que haviam ficado obscurecidos” (p. 26). Contudo,

[...] Ao contrário de Mills, Hochschild reconhece certas competências específicas que são requisitos do trabalho emocional. Ao passo que Mills enfatiza o intercâmbio relacional no “mercado da personalidade”, a categoria de “trabalho emocional” de Hochschild desloca o foco para o próprio processo de trabalho. [...] Com efeito, o trabalho dos afetos não é simplesmente mais uma forma de trabalho, mas um exemplo de trabalho socialmente necessário (p. 26-27).

Weeks (2008) afirma que Hochschild amplia a análise de Mills também no que se refere ao valor do trabalho dos afetos. Quando este aspecto não é considerado (visto que produz subjetividades), torna-se

... difícil apreender as habilidades e competências envolvidas nesse tipo de gestão, de tal modo a expressão da emoção é não apenas feminizada, mas também naturalizada nesse processo - como manifestação espontânea, e não como algo que deva ser cultivado” (p.27).

Neste sentido, afirma-se que a questão colocada por Hochschild acerca da captura dos afetos realizada pelo capital, pois a autora destaca que o “gênero também é produzido e se torna produtivo, quando a personalidade é posta para trabalhar” (p. 28).

Weeks (2008) destaca, ainda, as convergências das análises de Mills e Hochschild sobre a alienação do trabalho imaterial, pois “[c]om a crescente interpenetração entre produção e troca, fabricação, prestação de serviços e vendas, os problemas da auto-alienação e do cinismo social se conjugam” (p.29).

Contudo, destaca que a análise de Hochschild é mais atual na medida em que não se limita à colonização da vida pelo mercado, mas também pelo trabalho. Mas, os limites de tais análises residem da mesma forma que no caso das feministas socialistas, que dependiam de um fora que se reproduz, no caso destes últimos, são dependentes de um trabalho não-alienado e de um sujeito anterior à ação e, de certa forma, reproduzem os elementos que criticam (Weeks, 2008).

Diante deste contexto Weeks (2008) lança algumas questões extremamente relevantes no que se refere a uma possibilidade de subversão da captura dos afetos e de hierarquias de gênero, no contexto do trabalho pós-fordista:

Como conceber uma crítica da organização pós-fordista do trabalho em termos de imanência e resistência? [...] Quais os meios para avançar uma teoria dos agenciamentos, que não passe por um modelo de sujeito a priori, que algum dia tenha estado, ou que agora esteja, fora do alcance do capital? [...] como tornar visível e confrontar a divisão sexual do trabalho em relação à construção de subjetividades e hierarquias, sem reproduzir modelos naturalizados de dualismos de gênero? [...] E se substituíssemos a antiga divisão entre produção e reprodução pela distinção entre vida e trabalho (p. 32-33)?

Estas questões se mostram extremamente pertinentes. Hardt (1999) percebera que o trabalho afetivo possui um grande potencial subversivo, biopolítico, também possibilita maior chance de captura por parte do capital devido a dois aspectos que, na realidade são complementares.

O primeiro se refere ao fato de que se pode reforçar a identificação da mulher com a natureza, contribuindo para naturalizar e tornar absoluta a diferença sexual. Em segundo lugar, a celebração do trabalho materno pode facilmente reforçar tanto a divisão generificada do trabalho quanto das estruturas de sujeição e de subjetivação (Hardt, 1999).

Entretanto, sustenta que estes aspectos não devem ser causa de um afastamento desta perspectiva, mas de enfrentamento, de resistência, pois a possibilidade de apropriação pelo capital não afasta a realidade de que “a produção de afetos, subjetividade e formas de vida apresentam um enorme potencial para circuitos de valorização autônomos e até mesmo de liberação” (p. 100).